

## EUROPA CENTRAL: AMBIGUIDADES DE UM CONCEITO, IMPRECISÕES DE DELIMITAÇÃO

Carlos Alberto Medeiros<sup>1</sup>

O modo como está encadeado este artigo pode delinear-se muito simplesmente: a ideia de uma Europa Central, não obstante algumas ambiguidades, desentranha-se, ao menos como referência cómoda de posição, e passa com naturalidade para as obras de Geografia do século XIX; essa ideia, essa noção, consolida-se e é expressa, embora com formulações diversas, nas primeiras décadas do século XX, por vezes com base em argumentos geopolíticos pouco consistentes (ou inconsistentes), ligados a tendências do expansionismo germânico; após a segunda guerra mundial, com a divisão do continente europeu em dois grandes blocos geopolíticos, o do Ocidente e o de Leste, o significado da Europa Central diminuiu muito, ainda que a designação correspondente continuasse a ser usada em trabalhos de Geografia; por fim, a queda dos regimes comunistas levou de novo a que se falasse com insistência daquela área, como unidade própria, o que não excluiu tentativas de reformulação da sua definição e dos seus limites, fortemente afectadas pela integração recente da maior parte dos seus países na União Europeia. Tudo isto nos conduz a reflectir sobre o dinamismo e as diferentes configurações que assumem, ao longo do tempo, as grandes divisões geográficas.

### *1. A emergência da noção de Europa Central; diversidade física, condicionamentos históricos*

A primeira dúvida que se coloca, quando se fala de Europa Central, surge por comparação com os outros continentes. O caso da América é específico, já que se convencionou atribuir a designação de América Central ao estreito «istmo» que liga as duas grandes massas continentais do Norte e do Sul. Mas existe uma Ásia Central, bem no interior do continente, que habitualmente se faz coincidir com o Tibete, a bacia do rio Tarim e o planáltico desértico do Gobi; tal como existe uma África Central, logicamente situada também no interior da área continental, mais ou menos a meio caminho das suas extremidades, desdobrada entre as imediações do lago Chade e as nascentes do Nilo, e que deu mesmo o nome a um dos países aí existentes (República Centro-Africana).

Em relação à Europa, tantas vezes identificada como uma península das terras asiáticas, alongada de leste para oeste e que se vai estreitando e articulando neste sentido, a sua configuração não se presta a uma delimitação do mesmo tipo e a Europa Central tem

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

## EUROPA CENTRAL: AMBIGUIDADES DE UM CONCEITO, IMPRECISÕES DE DELIMITAÇÃO

sido sempre entendida como um sector intermédio (sem contar com as penínsulas a norte e a sul), que deixa para leste a parte mais maciça do continente, no seguimento da Ásia, e para oeste a parte mais estreita e relativamente recortada. Por isso, os autores alemães lhe chamaram *Mittleuropa*, Europa média, ainda que esta expressão tenha sido revestida, por alguns deles, de aspectos políticos e ideológicos muito contestáveis.

De qualquer modo, a Europa Central aparece-nos fundamentalmente como um sector intermédio, de transição. Por isso mesmo, é também um sector diversificado. O relevo reparte-se por unidades bem mais amplas do que aquelas que se encontram a ocidente, mas apresenta maior diversidade que o dos territórios de leste. Sem grandes preocupações de delimitação precisa, a que adiante dedicaremos atenção, partindo do território alemão no seu conjunto, ou de algures no território alemão, até às fronteiras orientais da Polónia, da Eslováquia e da Hungria, vamos encontrar a sul massas montanhosas imponentes, os Alpes e os Cárpatos; no centro da área que ficou grosseiramente definida, está o maciço da Boémia, uma terminação da faixa hercínica, tão representada na Europa Ocidental; pelo norte, estende-se a grande planície que a leste alcança a sua máxima extensão, enquanto outro retalho de planície ocupa um sector situado entre os Alpes dináricos e o arco dos Cárpatos.

As mesmas características de transição marcam os climas. O contraste entre o Inverno e o Verão é muito acentuado, por toda a parte os Invernos são prolongados e rigorosos, as chuvas tendem a concentrar-se na estação quente. Mas estes traços, sem dúvida bem sensíveis, mostram-se apesar de tudo atenuados em relação ao que se passa na Europa Oriental.

É legítimo procurar na evolução histórica e nas formas de organização das sociedades dela decorrentes a identidade que efectivamente não se vislumbra nas condições naturais. Contudo, para além de instável no espaço, como é próprio das realidades históricas, essa identidade afigura-se muito relativa, não se afirma por características bem definidas, antes se traduz pelo entrelaçar de elementos diversificados (mais uma vez) que não é possível desligar dos movimentos de povos que ocorreram e da frequente oscilação dos limites políticos dos países em presença.

As migrações dos povos, expressão usada pelos historiadores alemães e que se afigura mais apropriada que a de invasões dos bárbaros, generalizada entre nós, tiveram enorme amplitude na Europa Central, ao longo do primeiro milénio. As grandes deslocações dos germanos verificaram-se entre 240 e 280, e entre 375 e 420. Os eslavos que, até cerca do século III, ocupavam uma área cujo núcleo era a parte ocidental da actual Ucrânia, alastraram progressivamente para oeste, norte e sul; acabaram por se diferenciar em diversos grupos. Os húngaros, bem individualizados, intercalaram-se, nos fins do século IX, a norte da área ocupada pelos eslavos do sul. Os romenos, de origens enigmáticas, provavelmente relacionados com os dácios, constituem outro grupo nacional relevante, mesmo que seja controversa a sua inserção na Europa Central. Há ainda mais povos, de reduzida expressão, e finalmente aqueles a que Emmanuel de Martonne atribui a designação de nacionalidades desenraizadas (ciganos, judeus).

Neste contexto, surpreendentemente, ou talvez não, as nações vão-se consolidar numa fase tardia do período contemporâneo. Pode lembrar-se, é certo, o caso da Polónia, que se individualiza com a dinastia dos Piast, na segunda metade do século X. Mas a sua história é atribulada. A eleição dos soberanos a partir da segunda metade do século XVI torna-se uma fonte de instabilidade, de fricções e de lutas. Os três poderosos vizinhos deste país, Rússia, Prússia e Áustria, partilham-no sucessivamente em 1772, 1793 e 1795, ano em que deixa de figurar no mapa político da área. Em 1815, ainda se reconstitui

uma Polónia, mas unida ao império russo: só a seguir à primeira guerra mundial, o país recuperará a independência.

Por seu turno, o estado checo inicial, com o núcleo na Boémia, ter-se-á originado pouco antes da Polónia. Integrados desde cedo no Sacro Império Romano-Germânico, os checos passam para o domínio dos Habsburgos em 1526. O mesmo aconteceu com a Hungria, cuja individualização se deu pela mesma época que a da Boémia e a da Polónia; mas, se em 1526 uma parte da Hungria passa a ser governada pelos Habsburgos, outra parte, a maior, é anexada ao império otomano.

Verificou-se assim, na evolução política deste conjunto territorial, a interferência de diversos impérios, os quais encontraram nele condições favoráveis para implantação ou expansão. Mencione-se, antes de todos os outros, o Sacro Império Romano-Germânico (962-1806); fortemente ligado aos territórios alemães e austríacos, incluía países como a Boémia e a Eslovénia, mas deixava para leste a Polónia, a Eslováquia, a Hungria, a Croácia. O império otomano alargou os seus domínios em território europeu nos séculos XIV e XV, mas sobretudo, em relação à área que nos interessa, no século XVI. Nos séculos XVIII e XIX, três outras potências fizeram sentir a sua força: a Áustria, a Prússia e o império russo.

Todas estas intrusões, juntamente com os arranjos dinásticos que originaram os domínios dos Habsburgos, minaram os fundamentos da constituição de «estados-nações». Isto colidiu, no século XIX, com as reivindicações dos polacos, húngaros e checos, nacionalidades ricas de tradições, que, repetidas vezes, manifestaram os seus protestos. Por outro lado, «as fronteiras destas nações étnicas, culturais e linguísticas permanecem indecisas: o território reivindicado pelo imaginário “nacional” de cada grupo de população é sempre mais vasto do que aquele de que dispõe na realidade». Tal facto condiciona, em cada comunidade étnica e linguística, «uma crise de identidade nacional quase permanente», a que se junta a deficiente ponderação do melindroso problema das minorias (Jacques Le Rider, 1996, p. 14).

A questão resulta ainda mais complexa, devido ao relativo arcaísmo das estruturas sociais e económicas existentes. Subsistiu com persistência um «desnível entre a adesão [da Europa Central] à civilização, às ideias políticas e às instituições ocidentais e as realidades do seu desenvolvimento económico e social, bem como o seu retalhamento étnico» (Jacques Rupnik, 1990, p. 29). É muito citada a expressão «Ocidente raptado», de Milan Kundera, em relação à Europa Central, «no plano da cultura intelectual, dos valores, de religião (...). Em compensação, no domínio económico e social, caracterizou-se», ainda que com excepções significativas, «pelo seu atraso, pelos traços profundos da servidão tardia, pela ausência de dinâmica capitalista de envergadura e pela supremacia do Estado em sociedades subjugadas» (Guy Hermet, 1996, p. 35).

É a altura de procurarmos referências geográficas, em termos de delimitação do espaço em causa. Na mais conhecida *Geografia Universal* do século XIX, que se deve ainda a um único autor, Élisée Reclus, o III tomo (1878) é dedicado à Europa Central e nele, sem qualquer introdução geral, analisam-se a Suíça, a Áustria-Hungria e a Alemanha. A Suíça aparece aqui um tanto surpreendentemente: mas, país montanhoso, que se isolou em certa medida, para preservar tenazmente a sua independência, com uma comunidade de língua alemã maioritária, apresenta de facto afinidades sensíveis com os outros dois estados. De qualquer forma, pouco tempo depois, no começo do século XX, tentou-se definir fundamentadamente a Europa Central, ou melhor, a Europa Média, acabando por se atingir um conceito altamente polémico.

*2. Os começos do século XX; conceito geopolítico de Mitteleuropa; equívocos e riscos. O período entre as duas guerras mundiais*

O novo conceito, desenvolvido no início do século XX, deve-se a autores alemães. Eram estes que utilizavam a designação, depois bem difundida, de Europa Média, *Mitteleuropa*, preferida em relação a Europa Central. A *Mitteleuropa* seria, muito simplesmente, o território de influência e propagação dos países germânicos. O principal e mais conhecido teorizador desta ideia foi Friederich Naumann (1860-1919), que fez publicar em 1915 um livro famoso, intitulado precisamente *Mitteleuropa*. Mas, antes dele, alguns geógrafos haviam enunciado princípios e analisado temas que, de uma forma ou de outra, podiam servir de base a essa mesma ideia. Friederich Ratzel, falecido em 1904, e a quem se deve um conjunto de trabalhos meritórios, adopta uma perspectiva «darwinista» e transmite-nos o princípio do «espaço natural», um «espaço vital» que deve corresponder a cada estado, a cada povo, e que levará inevitavelmente a fricções entre estados e povos, ao procurarem defini-lo e ocupá-lo.

A visão de Naumann é, como a de Ratzel, «darwinista» e está ligada à ideia da evolução histórica comparável a uma luta pela sobrevivência entre as «raças» - portanto, uma ideia de guerra; na *Mitteleuropa*, caberia à Alemanha ser a dinamizadora nos domínios político, cultural e económico.

Compreende-se a adesão dos alemães a estes princípios no contexto da primeira guerra mundial. Terminada esta, a reformulação do mapa político da Europa a que se procedeu, proporcionou a independência de várias nacionalidades da Europa Central, atrás aludidas. Para isto contribuíram as teses dos famosos «Catorze Pontos» de Wilson, que o presidente norte-americano apresentou num discurso em Janeiro de 1918 e nos quais referia, explicitamente, os direitos dos povos de garantirem o seu desenvolvimento autónomo. Assim, ficou assegurada a individualização política da Polónia, à qual Wilson fizera uma referência concreta no seu discurso, da Hungria, que viu concretizadas as suas aspirações de separação em relação à Áustria, e da Checoslováquia, construção inteiramente nova, na qual se reuniram checos e eslovacos, com evoluções históricas divergentes, situações de desenvolvimento económico diferenciadas (estando os checos em vantagem), mas também com afinidades linguísticas muito grandes. A Checoslováquia, constituída em 1918, incluía uma importante minoria de alemães, que esteve na base de protestos e da intervenção militar da Alemanha de Hitler. O país não chegou a durar 8 décadas, devido à ruptura entre os seus dois territórios, cuja fusão, artificialmente, se havia procurado consumir.

O tratado de Versalhes (Junho de 1919), responsável pela nova configuração política da Europa, atingiu severamente a Alemanha, a qual se viu privada de cerca de um oitavo do território e um décimo da população que tinha em 1914. Como seria de esperar, desde cedo vários estudiosos alemães ergueram as vozes para criticar as fronteiras que ficavam atribuídas ao seu país. Em numerosos trabalhos, de âmbito geopolítico, se procurou mostrar o carácter arbitrário daquelas, aberrante, contrário às condições geográficas.

Seja como for, as críticas que se podem fazer ao tratado de Versalhes assumem um âmbito muito mais lato; a verdade é que as divisões políticas nele consagradas, com limites controversos e muito complexos, constituíram fonte de conflitos que não se podem dissociar das origens da segunda guerra mundial.

Note-se que a escola geográfica francesa, designadamente através de Emmanuel de Martonne, esteve ligada aos quadros territoriais implantados na Europa Central em 1919. Foi também aquele geógrafo, um dos mais notáveis da sua geração, que se encarregou de analisar a Europa Central, no tomo IV (2 volumes, 1930 e 1931) da grande *Geografia*

*Universal* da primeira metade do século XX, dirigida por Paul Vidal de La Blache e Lucien Gallois. Ao contrário de Reclus, meio século antes, de Martonne sentiu a necessidade de traçar uma apresentação de conjunto da área estudada, através de um texto penetrante, muito bem articulado, que ocupa 130 páginas. Assinala as características de transição da Europa Central, a que se fez breve referência no início, estuda sucessivamente o clima, as grandes unidades do relevo, os restantes elementos do ambiente físico (até à página 97) e debruça-se depois sobre o povoamento, as nacionalidades, os estados e os agrupamentos económicos. A seguir a esta introdução, vem o estudo dos países, daqueles que estão «incontestavelmente centrados» no continente, para usar a sua expressão (p. 3). A Alemanha ocupa a parte restante do volume I, enquanto no volume II são analisadas, sucessivamente, a Suíça, a Áustria, a Hungria, a Checoslováquia, a Polónia e a Roménia.

Mal calculava decerto Emmanuel de Martonne que este quadro político seria tão bruscamente perturbado poucos anos após a publicação da sua obra. Desde o ano que precedeu a segunda guerra mundial e durante ela verificaram-se oscilações rápidas; logo depois deram-se outros ajustamentos territoriais e teve origem um facto de capital importância, a divisão da Alemanha. No fundo, o contexto político posterior à segunda guerra mundial consagrou a marginalização da Europa Central, por uma razão muito simples: porque deixou de haver lugar para ela num continente europeu dividido, de forma rígida ou quase, em dois grandes blocos geopolíticos.

### *3. O esvaziamento do significado da Europa Central no âmbito de um continente europeu dividido em dois blocos geopolíticos. O ressurgimento e a reformulação*

Como é óbvio, esvaziamento do significado da Europa Central a seguir à segunda grande guerra não é sinónimo de completo apagamento. A herança histórica dos seus países não se perdeu. Mas é inegável que a imposição do regime comunista, sob a influência da União Soviética, significou a imposição de estruturas inteiramente novas, que determinaram transformações profundas.

Mesmo assim, alguns geógrafos retiveram a antiga designação, Europa Central, sobretudo como referência territorial, em parte também com fundamentos ou por motivações ideológicas. Alargaram então essa designação ao conjunto de países comunistas (ou socialistas, ou repúblicas populares, como também se dizia), situados entre a Europa Ocidental e a União Soviética: incluíam-se aqui, portanto, a Polónia, a Checoslováquia, a Hungria, a Roménia; também a República Democrática Alemã, embora permanecesse viva a tradição de considerar geograficamente, em conjunto, todo o espaço alemão; juntavam-se ainda, na transição para a faixa mediterrânea, ou nela plenamente incluídas, a Bulgária, a Jugoslávia e a Albânia.

É fácil depreender o artificialismo geográfico desta vasta área: de facto, a separação básica era a que existia entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental.

Após a queda dos regimes comunistas europeus em 1989-91, o chamado bloco soviético deixou de existir e deixou também de fazer sentido a Europa Oriental, tal como era entendida a partir da segunda guerra mundial. Ressurgiram então com pleno vigor velhas designações, e entre elas ganhou força a de Europa Central.

Mas, com a queda do muro de Berlim, a Alemanha reunificou-se e isto, no âmbito do assunto que nos ocupa, levantou uma questão e suscitou receios. A questão era a de que a República Federal Alemã, ao longo de décadas, se tinha integrado assumidamente na denominada Europa Ocidental: qual poderia ser o seu papel em relação a uma Europa Central ressuscitada? Os receios não chegaram ao ponto de retomar problemas

## EUROPA CENTRAL: AMBIGUIDADES DE UM CONCEITO, IMPRECIÇÕES DE DELIMITAÇÃO

esquecidos, mas transpareceram, de forma subtil ou mais expressamente, quanto aos riscos de expansionismo germânico nessa mesma Europa Central. E, se já não se invocavam os intuitos agressivos de outrora, ao menos, em termos práticos, entreviu-se no final dos anos 80 o papel que aquela, a Europa Central, poderia desempenhar para a Alemanha, em termos de correntes comerciais e de expansão industrial.

Foi neste contexto que a União Europeia estreitou os seus laços e neles enquadrou a Alemanha, já reunificada. Foi também neste contexto e no da implantação de regimes democráticos nos países da Europa Central, que encetou conversações para o seu alargamento, ficando previsto que nela se integrassem a Polónia, a Hungria, a República Checa e a Eslováquia (estas duas, já separadas), o que se veio a concretizar em Maio de 2004. Por outro lado, embora com significado diferente, a Polónia, a Hungria e a República Checa aderiram à NATO bem antes, em Março de 1999.

Compreende-se que na nova conjuntura do continente europeu a lembrança de uma expressão como *Mittleuropa* não tenha sido acolhida com simpatia. De qualquer forma, verificou-se a necessidade de reformular a noção de Europa Central e até mesmo de ponderar a eventual pertinência da de Europa Média. A isto respondem as propostas contidas nos dois últimos volumes da derradeira grande *Geografia Universal* do século XX, publicada em Paris, sob a direcção de Roger Brunet (Jean-Pierre Marchand e Pierre Riquet, 1996; Roger Brunet e Violette Rey, 1996).

Estes geógrafos decidiram recuperar a designação de Europa Média, despojando-a do seu antigo e perturbador significado; incluíram nela os países industrializados com posição geográfica intermédia, deixando a oeste a França e a leste as anteriores democracias populares. Teríamos então, na Europa Média, a Alemanha, a Áustria, a Suíça, o que seria mais ou menos de esperar, e ainda os três estados do Benelux (J.-P. Marchand e P. Riquet, 1996).

Tem interesse confrontar desde já esta delimitação com a que está contida no prestigiado anuário económico e geopolítico mundial, *L'état du monde*, publicado pelas Éditions La Découverte. Tomando o volume relativo a 2004, vamos encontrar uma série de «conjuntos geopolíticos» (38 no planeta), expressão que, segundo o geógrafo Yves Lacoste, se aplica a determinado número de países, contíguos, com área total muito variável, que, justamente devido à sua proximidade, mantêm entre si relações significativas (nem sempre as melhores) e apresentam «características comuns, consideradas relevantes, e problemas comparáveis: mesmo tipo de dificuldades naturais a afrontar, semelhanças culturais, etc.». Tomaram-se assim em conta aspectos físicos, como o relevo e as grandes zonas climáticas, ao mesmo tempo que «as principais configurações étnicas ou religiosas e as grandes formas de organização económica» (2003, p. 21-22). Em relação ao espaço que agora nos ocupa, considera-se um conjunto geopolítico denominado Europa germânica, com a Alemanha, a Áustria e a Suíça (a que se junta o minúsculo Liechtenstein), enquanto o Benelux constitui outro conjunto, de reduzidas dimensões (o que se justifica pelas estreitas relações entre a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo, e pelas suas formas diversas de organização em comum).

Quanto à Europa Central, R. Brunet e V. Rey (1996) consideram-na constituída por cinco países: a República Checa, a Eslováquia, a Hungria, a Eslovénia e a Croácia. Estranhamente, fica de fora a Polónia, tão ligada tradicionalmente a esta parte central do continente, mas que os autores englobam numa margem deste, tal como a Roménia, esta, a meu ver, pertinentemente. Por outro lado, se a inclusão da Eslovénia na Europa Central parece justificar-se por toda uma série de relações e traços culturais (recorde-se, por exemplo, que fez parte do Sacro Império Romano-Germânico), para além de indicadores

económicos, já a da Croácia se afigura bem mais discutível. No anuário geopolítico e económico que se citou, a Europa Central aparece-nos como um «conjunto geopolítico» e engloba a Polónia, a República Checa, a Eslováquia e a Hungria.

Para concretizar um tanto o contraste entre as duas áreas que nos interessam, Europa Média e Europa Central, e embora, de acordo com o conceito de «conjunto geopolítico» que retivemos, elas não possam ser definidas unicamente através de indicadores económicos e sociais, vejamos, como exemplo, os valores do índice de desenvolvimento humano (2001) dos seus países e daqueles que, hipoteticamente, a elas se poderiam agregar (dados extraídos de *L'état du monde*, cit.).

#### Europa Média

	IDH	Esp. Vida	Taxa alfab.	Taxa Escol.	PIB real/hab.
Alemanha	0,921	78	99	89	25.350
Áustria	0,929	78,3	99	92	26.730
Suíça	0,932	79	99	88	28.100
Liechtenstein	-	-	-	-	-
Bélgica	0,937	78,5	99	107	25.520
Países Baixos	0,938	78,2	99	99	27.190
Luxemburgo	0,93	78,1	99	73	53.780

#### Europa Central

	IDH	Esp. Vida	Taxa alfab.	Taxa Escol.	PIB real/hab.
República Checa	0,861	75,1	99	76	14.720
Hungria	0,837	71,5	99,3	82	12.340
Polónia	0,841	73,6	99,7	88	9.450
Eslováquia	0,836	73,3	100	73	11.960
Eslovénia	0,881	75,9	99,6	83	17.130
Croácia	0,818	74	98,4	68	9.170
Roménia	0,773	70,5	98,2	68	5.830

Muito sumariamente, é fácil verificar que os dados destes dois grupos de países contrastam de forma nítida, sendo mais favoráveis os daqueles que constituem a Europa Média. Nesta (onde o Liechtenstein não aparece referenciado, devido à sua exígua dimensão), a Alemanha apresenta valores que resultam da interferência das características dos territórios diferenciados das antigas RFA e RDA, a partir dos quais se reuniu em 1990. Os países do Benelux têm números comparáveis aos dos que integram a Europa Média, mas, conforme ficou dito, os laços que forjaram entre si, ao longo da evolução histórica recente, conferem-lhes individualidade própria no seu conjunto. Em relação à Europa Central, os índices da Croácia e da Roménia traduzem, em geral, uma realidade diferente, ainda que, no decurso dos tempos, tenha havido ligações mais ou menos sensíveis entre estes dois países e aquela, sobretudo entre a Croácia e a Eslovénia.

#### 4. Dinâmica do espaço geográfico. Europa Média, Europa Central, questões de delimitação e continuidade

A expressão de Europa Central surge na literatura geográfica, não para designar uma área situada bem no interior dum continente, no seu «centro», mas para se aplicar ao sector intermédio desse estreito território que, na continuação da Ásia, se alonga de leste para oeste. Uma tal divisão geográfica, ainda que imprecisa, foi afortunada, e no seu interior se englobaram os países germânicos e, a leste, uma série de nacionalidades que só tardiamente afirmaram a sua autonomia política. Território com características de transição, tanto físicas como sociais e económicas, os autores de língua alemã, devido à sua situação, preferiram chamá-lo Europa Média, designação muito divulgada; mas alguns deles acabaram por fazê-lo coincidir com a área de «expansão natural» dos povos germânicos que, por mais de uma vez, procuraram concretizar essa mesma expansão. Contudo, a denominação de Europa Central não ficou esquecida e, por isso mesmo, durante a primeira grande guerra se ouviu falar em potências ou impérios centrais. Só no final dos anos 40, quando a chamada «cortina de ferro» dividiu a Europa, deixou de fazer sentido (ou passou a fazer bem pouco sentido) individualizar a sua parte intermédia, já que, no fundo, interessavam apenas os dois grandes blocos de oeste e de leste. A necessidade de reformulação surgiu nos nossos dias, quando o segundo se desagregou. E impôs-se então, com pertinência, a necessidade de separar uma Europa Média e uma Europa Central, conforme ficou definido atrás: desde logo com a ressalva de que a maior parte da primeira (Alemanha, Áustria) estava (e está) incluída nessa imensa formação que é a União Europeia; e depois, para tornar tudo mais complexo, com a de que nesta se integrou também a própria Europa Central. Mas sempre se poderá dizer que o território da União Europeia é muito diversificado, o que leva nele à identificação de vários conjuntos.

Uma primeira reflexão, que toda esta evolução suscita, diz respeito às variações que sofrem, ao longo do tempo, as divisões territoriais (seja qual for a designação geográfica mais apropriada para se lhes aplicar). A geopolítica infiltra-se na geografia humana e é assim que algumas áreas se dilatam e se retraem, outras se apagam, outras ainda ressuscitam. O território aqui estudado é muito rico de ensinamentos neste aspecto.

Outra reflexão relaciona-se com as possibilidades de estruturação dos países da Europa Central, tal como agora nos aparece configurada. Uma tentativa de estruturação comum foi esboçada com o acordo de Visegrado (1992, tendo havido no ano anterior uma reunião prévia), o chamado CEFTA (*Central European Free Trade Agreement*), a que aderiram inicialmente a Checoslováquia (que pouco depois deu origem à República Checa e à Eslováquia), a Hungria e a Polónia. Juntaram-se depois a Eslovénia (1996), a Roménia (1997) e a Bulgária (1998). Note-se que na primeira reunião, em 1991, para além do problema da integração económica, foram tratados os da consolidação da democracia e da passagem para a economia de mercado, dois temas relevantes para os países onde o regime comunista caíra há pouco tempo.

É significativo referir que, ao longo dos anos 90, em termos de comércio externo, prevaleceu sempre, nos países do grupo de Visegrado, o peso da União Europeia, com relevância para a Alemanha, decaiu o papel da Rússia e as transacções no espaço da CEFTA salientaram-se sobretudo na República Checa e na Eslováquia, como reflexo do estatuto político comum destes dois países na maior parte do século XX.

No que se refere às tentativas de organização regional no âmbito da Europa Central, não podem esquecer-se as seguintes palavras de Václav Havel, pronunciadas em 1991 e que exprimiam já um anseio comum: «Estes países não desejam, naturalmente, substituir o sistema desaparecido que os tornava interdependentes e dependentes da União Soviética



por um sistema novo, por muito democrático que seja, o qual prolongaria de forma mais decente a divisão da Europa e retardaria a sua integração nas estruturas europeias existentes ou em vias de nascer» (cit. por Jacques Le Rider, 1996, p. 124).

Na realidade, aquilo que os referidos países ambicionaram, desde a viragem política de 1990, foi a aproximação à União Europeia, tendo como meta a integração. E esta foi de facto alcançada a 1 de Maio de 2004, após um processo bastante rápido, pela República Checa, Hungria, Polónia, Eslováquia e Eslovénia. A evolução que se antevê deverá afectar, uma vez mais, a individualização, já de si pouco precisa, da Europa Central.

### Nota Bibliográfica

BRUNET, Roger; REY, Violette – *Europes orientales, Russie, Asie Centrale*, volume de *Géographie Universelle*, sous la direction de Roger Brunet, Paris, 1996.

CLAVAL, Paul – *Géopolitique et Géostratégie*, Paris, 1994.

GAILLARD, Jean-Michel; ROWLEY, Anthony – *Histoire du continent européen de 1850 à la fin du XXe siècle*, Paris, 1998.

GEORGE, Pierre – *Géographie de l'Europe Centrale slave et danubienne*, Paris, 1964.

HERMET, Guy – *História das nações e do nacionalismo na Europa*, versão portuguesa, Lisboa, 1996.

LE RIDER, Jacques – *La Mitteleuropa*, 2<sup>a</sup> ed., Paris, 1996.

MARCHAND, Jean-Pierre; RIQUET, Pierre – *Europe du Nord, Europe médiane*, volume de *Géographie Universelle*, sous la direction de Roger Brunet, Paris, 1996.

MARTONNE, Emmanuel de – *Europe Centrale*, tome IV de *Géographie Universelle*, sous la direction de P. Vidal de La Blache et L. Gallois, 2 vols., Paris, 1930-1931.

REY, Violette (direction de) – *Les territoires centre-européens. Dilemmes et défis*, Paris, 1998.

RUPNIK, Jacques – *L'autre Europe. Crise et fin du communisme*, Paris, 1990.

SELLIER, André; SELLIER, Jean – *Atlas des peuples d'Europe Centrale*, nouvelle édition, Paris, 1998.

*L'état du monde 2004. Annuaire économique géopolitique mondial*, La Découverte, Paris, 2003.

